

ANEXO D

(Edital nº 001/15)

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO NORDESTE – 10ª REGIÃO MILITAR
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO DE TERESINA

Contratante: UNIÃO / MINISTÉRIO DA DEFESA / EXÉRCITO BRASILEIRO / 2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (2º BEC)

Contratado: _____

Objeto: Prestação de serviços odontológicos.

Natureza: Ostensiva.

Vigência: 1 (um) ano (período de ____/____/____ a ____/____/____).

Valor Estimado (R\$): 000.000,00 (_____).

Regime de Execução: indireta, empreitada por preço unitário.

Termo de Credenciamento nº: ____/____-FUSEx/2º BEC, de ____/____/____.

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do **2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**, Organização Militar do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, 2833, Centro, CEP 64000-550, nesta cidade, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº **07.549.168/0001-08** (UG Primária) e **07.549.168/0002-80** (UG Secundária), representada neste ato pelo seu **Comandante e Ordenador de Despesas, MARCELO PEREIRA LIMA DE CARVALHO, Coronel**, Identidade nº **025.451.903-6/EB**, CPF nº **981.073.997-49**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o(a) da **Organização Civil de Saúde (OCS)** _____, inscrita no **CNPJ** sob o nº _____, estabelecida à Rua (Av.) _____, _____, Bairro _____, CEP _____ - _____ - _____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) **Diretor(a) Administrativo(a)**, _____, Identidade nº _____/____-____, CPF nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATADO ou CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986; Portaria Ministerial nº 258, de 22 de abril de 1992 (IG 10-48); Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02); Portaria nº 515-Cmt Ex, de 11 de outubro de 2001 (IG 12-04); Portaria nº 653-Cmt Ex, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32); Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38); Portaria nº 878-Cmt Ex, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16); Portaria nº 281-DGP, de 12 de dezembro de 2007 (IR 30-56); Portaria nº 422-Cmt Ex, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18); Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57); Portaria nº 396-Cmt Ex, de 16 de junho de 2008; Portaria nº 727-Cmt Ex, de 8 de outubro de 2007; Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2008, do Ministério da Saúde; Portaria nº 544-MARE, de 26 de fevereiro de 1996; Instrução Normativa nº 05-MARE, de 21 de julho de 1995; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 11 de outubro de 2010; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 16 de agosto de 2011; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008, e demais legislações vigentes que tratam do assunto, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes regulamentares e aos servidores civis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e seus dependentes regulamentares, nas condições especificadas neste instrumento e no Edital de Credenciamento, por intermédio de Clínicas Odontológicas regularizadas, a prestação de serviços odontológicos nas especialidades de odontopediatria, prevenção, dentística, endodontia, periodontia, cirurgia, ortodontia e radiologia, implantodontia devidamente reconhecidas pelo Conselho Federal de Odontologia.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao Edital de Credenciamento

1. Este contrato está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 001/2015-FUSEx/2º BEC, de ____/____/____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos, para efeito de normas e regras contratuais.

1.1 - A apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

1.2 - O CONTRATADO fornecerá o material necessário para a execução do contrato, com observância das regras postas no Edital de Credenciamento e neste instrumento de Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal

O presente CREDENCIAMENTO fundamenta-se no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993 – inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução

1. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

2. Para os pacientes internados de forma eletiva, com autorização da CREDENCIANTE (através de “Guia de Encaminhamento”, modelo **Anexo “Y”**), o CREDENCIADO fornecerá medicamentos, materiais de penso, órteses, próteses, materiais cirúrgicos especiais (reutilizáveis), dietas e outros produtos nutricionais e materiais de alto custo e outros necessários para a execução desse procedimento.

2.1 - Nos casos de urgência/emergência médica, as necessidades não planejáveis a serem empregadas em procedimentos médicos em curso poderão ser fornecidas pelo CREDENCIADO, sem autorização prévia do CREDENCIANTE, com observância das regras postas no contrato, quando caracterizada urgência/emergência médica, no atendimento de situação que possa comprometer a segurança da pessoa, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação urgente/emergencial médica.

2.1.1 - O justo valor, mediante apresentação de nota fiscal, dos serviços prestados pelo uso desse material ou aparelhagem será incluído, ao final do tratamento, na conta do paciente e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE.

2.1.2 - Qualquer material, equipamento, dieta e outro produto nutricional e medicamento utilizado por parte do CREDENCIADO no atendimento do paciente, inclusive sangue e seus componentes, será providenciado, cobertos estes custos por conta do mesmo, com observância das regras postas no contrato.

2.1.3 - O justo valor do uso desses materiais e afins será incluído, mediante apresentação de Nota Fiscal e de Etiquetas (quando for o caso), ao final do tratamento, na conta do paciente e submetido à Seção de Auditoria de Contas Médicas do CREDENCIANTE.

3. A remoção do paciente, por interesse ou necessidade das OCS, será de responsabilidade e por conta do CONTRATADO, com utilização de ambulância, conforme os valores constantes do **Anexo “L”** deste edital.

3.1 - A remoção do paciente poderá ser de responsabilidade do CONTRATANTE, com uso do serviço de atendimento pré-hospitalar e inter-hospitalar móvel próprio ou contratado, desde que em comum acordo com a OCS onde esteja internado o beneficiário.

4. Os beneficiários do FUSEx e seus dependentes diretos deverão ser encaminhados pelo FUSEx/2º BEC, portando a Guia de Encaminhamento e serão identificados da seguinte forma:

4.1 - Os beneficiários do FUSEx e seus dependentes deverão apresentar o cartão de beneficiário juntamente com a carteira de identidade;

4.2 - Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário do FUSEx, fornecida pela Unidade Militar de Vinculação (UV), acompanhada da carteira de identidade militar ou, caso não possua, outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique).

5. Os beneficiários, servidores civis do Exército Brasileiro e seus dependentes diretos deverão ser encaminhados pelo FUSEx/2º BEC, portando a Guia de Encaminhamento e deverão apresentar o cartão de beneficiário juntamente com a carteira de identidade;

5.1 - Quando o beneficiário não possuir o respectivo cartão deverá apresentar, no ato do atendimento, a Declaração Provisória de Beneficiário da PASS, fornecida pela UV, acompanhada da carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (carteira de identidade, certidão de nascimento ou outro documento que o identifique);

6. Os usuários do Fator de Custo deverão ser encaminhados pelo FUSEx/2º BEC, portando a Guia de Encaminhamento e deverão apresentar a identidade militar ou a carteira de identidade;

6.1 - Os dependentes diretos deverão apresentar, no ato do atendimento, carteira de identidade ou outro documento de identificação próprio (certidão de nascimento ou outro documento que o identifique);

7. Nos casos de atendimento nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia, o encaminhamento deverá ser efetuado, prioritariamente, por médico FUSEx, depois de verificado o parecer do médico especialista e quando esgotados todos os recursos existentes nas organizações militares de Saúde do Exército (OMS).

8. Nos casos de emergência ou de comprovada urgência, o atendimento será imediato, sem necessidade de apresentação de Guia de Encaminhamento, mediante a identificação do beneficiário socorrido, na forma expressa nos **subitens 4, 5 e 6**.

8.1 - Esse fato deverá ser comunicado por parte do CONTRATADO e do usuário ou seu responsável legal, em no máximo 2 (dois) dias úteis, a contar da data da ocorrência, mediante o fornecimento dos elementos necessários para a comprovação da emergência ou da urgência, a fins de controle e providências administrativas por parte de Serviço de Auditoria do FUSEx.

8.2 - O FUSEx/FATOR DE CUSTO/PASS não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não seja comprovada a urgência e/ou a emergência ou não tenham sido cumpridas as providências acima previstas;

8.3 - O atendimento no caso de emergência ou comprovada urgência será coberto por guia de encaminhamento única, emitida impessoalmente ao Serviço de Pronto-Socorro, que abarque o atendimento que fora dispensado ao beneficiário, ainda que tal atendimento envolva equipe multidisciplinar.

9. O CONTRATADO, por intermédio do seu Corpo Clínico, prestará assistência médico-hospitalar conforme a seguinte discriminação: cuidados rotineiros de enfermagem, recursos complementares de diagnóstico e terapia, salas de cirurgia e instalações necessárias à execução de atos médicos, alojamento, serviço de lavanderia, demais serventias e alimentação, inclusive dietas especiais e outros produtos nutricionais, quando prescritos por parte do médico assistente.

10. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde credenciada, entendendo-se como:

10.1 - O membro do Corpo Clínico CONTRATADO;

10.2 - O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO;

10.3 - O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO, com ou sem vínculo empregatício.

11. Equipara-se ao **subitem 10.3**, o profissional de saúde pessoa física ou integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.

12. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe do Serviço de Auditoria do CONTRATANTE às dependências do CREDENCIADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

13. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CREDENCIANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames, comprovantes de serviços prestados, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

14. A solicitação de exame ou procedimento coberto pelo FUSEx/FATOR DE CUSTO/PASS, decorrente de atendimento realizado em OCS ou por PSA, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar do FUSEx, ou do Serviço de Auditoria do CONTRATANTE, que decidirá pela sua autorização ou negação total ou parcial.

15. É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio beneficiário, conforme estabelece o Art. 10 da Portaria nº 048-DGP/2008.

16. Os beneficiários do FUSEx/FATOR DE CUSTO/PASS têm direito a cobertura ou financiamento de órteses e próteses não odontológicas, nos termos das Portaria nº 048-DGP/2008 (IR 30-38) e Portaria nº 117-DGP/2008 (IR 30-57), indenizáveis de acordo com o Anexo A das respectivas portarias, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio de relatório e exames especializados, e aprovada por médico do FUSEx.

16.1 - A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inerentes e ligadas diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer de Comissão de Ética do FUSEx.

16.2 - Ao beneficiário do FUSEx/PASS será permitida a utilização de órteses e próteses não odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento e estará condicionada à autorização prévia do DGP, ouvida a Diretoria de Saúde (DSau), conforme art. 28 da Portaria nº 048-DGP/2008 (IR 30-38).

17. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FUSEx/PASS, não se incluem na presente contratação.

17.1 - Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

18. No caso de óbito ocorrido com paciente internado, o CONTRATADO notificará, de imediato, a família do paciente e o Fundo de Saúde do Exército (FUSEx/2º BEC), a quem caberá tomar as providências subsequentes.

19. Nos casos de internação, o CONTRATADO deverá solicitar autorização prévia ao FUSEx/2º BEC, conforme o modelo do **Anexo "X"** deste Termo de Credenciamento.

20. O CONTRATADO aceitará e adotará as medidas de formulário emitidos e fornecidos pela Administração do FUSEx/2º BEC.

21. O CONTRATADO deverá considerar o prazo de 30 (trinta) dias para os RETORNOS DE CONSULTAS ambulatoriais, que deverá ser agendada, preferencialmente, na data da consulta inicial.

22. O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

23. As faturas referentes às internações de longa permanência (com mais de quinze dias) deverão ser sub totalizadas e entregues dentro do mês de internação do paciente com a apresentação das despesas, pelo CONTRATADO.

23.1 - O CONTRATADO deverá remeter, diariamente, até às 18:00h, via e-mail auditoriaFUSEx2016@gmail.com, à Seção do FUSEx/2º BEC, a lista de pacientes internados.

24. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do 2º BEC. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração do FUSEx, no local da prestação do serviço, para representá-lo.

25. O Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este Termo de Credenciamento.

26. O CONTRATANTE somente se responsabilizará por atendimento de urgência ou emergência que seja devidamente comprovado, mediante o preenchimento do Boletim de Urgência/Emergência, por médico atendente da CONTRATADA, conforme modelo do **Anexo S**.

27. Somente quando comprovada a urgência/emergência o atendimento será efetivado **sem Guia de Encaminhamento**, neste caso a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, no prazo máximo de até dois dias úteis, contado do dia imediato à data da ocorrência do atendimento de urgência ou emergência, os seguintes dados: o nome completo do Beneficiário do Sistema FUSEx/FATOR DE CUSTO/PASS atendido, o Prec-CP (se beneficiário do FUSEx), ou número de Matrícula (se beneficiário da PASS - Servidor Civil ou Nr do RA (se beneficiário do Fator de Custo), para que seja emitida a Guia de Encaminhamento correspondente.

28. Os casos de urgência ou emergência atendidos sem necessidade de hospitalização e que não foram acompanhados por médico militar serão avaliados para fim de comprovação com base no **Boletim de Urgência/Emergência** preenchido pelo médico atendente da CREDENCIADA. A identificação prévia do beneficiário por ocasião de um atendimento de urgência/emergência será feita conforme previsto na Cláusula Quarta.

29. Caso o médico militar comprove que o caso não era de urgência ou emergência, a CONTRATADA fará a **rejeição** do pagamento das despesas realizadas, devendo o acerto de contas ser realizado diretamente

entre o paciente ou seu responsável e a CONTRATADA. Neste caso a CONTRATANTE efetuará o pagamento somente do valor da consulta ambulatorial.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento

1. Os serviços serão remunerados com base nos valores constantes na Tabela de Procedimentos Odontológicos, conforme o **ANEXO "L"** do Edital de Credenciamento.

1.1 - Será paga consulta inicial conforme valoração e regras do anexo L.

1.2 - A cobertura de aplicação de flúor e de selante dentários será estendida somente em paciente até 12 (doze) anos de idade;

1.3 - Não serão cobertos os procedimentos de clareamento dental;

1.4 - Não serão cobertos os procedimentos de prótese e de implantodontia;

1.5 - Os procedimentos de Ortodontia serão indenizados conforme Tabela de Ortodontia em anexo, com cobertura apenas para paciente até 16 anos de idade, conforme prescreve a IR 30-38, de 28 de fevereiro de 2008;

1.6 - Os procedimento odontológicos com cobertura pela PASS são os constantes da Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57), a qual estabelece as instruções reguladoras da Prestação de Saúde Suplementar dos Servidores Civis do Exército Brasileiro (PASS).

2. Na hipótese descrita no **item 1 da Cláusula Quinta** deste contrato, o justo valor dos medicamentos, materiais descartáveis e OPME não contemplados na Tabela de Procedimentos Odontológicos presente no Anexo "L", serão remunerados da seguinte forma:

2.1 - Medicamentos: Os valores dos medicamentos serão cobrados conforme publicados no Guia Farmacêutico Brasíndice atualizado, não havendo PMC, será cobrado sobre o Preço de Fábrica, acrescido de 20% (por cento);

2.2 - Materiais descartáveis: Os valores dos materiais serão cobrados conforme publicados no referencial SIMPRO atualizado;

2.3 - Material radiológico: valores acordados sobre a Tabela do Código Brasileiro de Radiologia, no valor de **R\$23,37** (vinte e três reais e trinta e sete centavos) o metro quadrado (m²);

2.4 - OPME (órgãos, próteses e materiais especiais): valores constantes do Termo Referência de Procedimentos Hospitalares do FUSEx/2º BEC (**ANEXO "L"** do Edital). Os valores serão solicitados previamente pelo CONTRATADA ao Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC, que cotará o material e autorizará a aplicação.

3. O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu Serviço de Auditoria.

4. Quando porventura o material não constar na tabela referenciada, inclusive as órteses e próteses:

4.1 - O CONTRATADO deverá apresentar 3 (três) orçamentos com os valores praticados no mercado distribuidor, acrescido de 15% (quinze por cento), como margem de comercialização;

5. Deverá constar na nota fiscal, referente aos itens **3 e 4 da Cláusula Quinta**, averbação com referência ao nome do paciente, nome do cirurgião-dentista responsável e a data da realização da consulta ou procedimento

6. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando por parte do FUSEx/2º BEC, acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

6.1 - No caso de comprovada urgência e/ou emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, iniciando a assistência pelo dentista de sobreaviso no FUSEx, preferencialmente.

7. Procedimentos não especificados na Guia de Encaminhamento (GE) e os não coberto pelo FUSEx não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

8. É vedado ao CONTRATADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx/PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das tabelas acima pactuadas, salvo o direito do beneficiário de optar por melhoria de padrão de acomodação hospitalar para si ou para seus dependentes, quando internados em OCS.

8.1 - Neste caso a diferença de honorários médicos e de despesas hospitalares referentes a esta opção será paga, integralmente, pelo titular junto ao prestador;

8.2 - Ao fazer esta opção, o beneficiário deverá assinar, em conjunto com o responsável pela OCS, o Termo de Ajuste Prévio, tanto referente à melhoria do padrão de acomodação quanto com o cirurgião-dentista, que também assinará o termo.

9. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CONTRATADO, conforme estabelece a legislação vigente.

10. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CONTRATADO, na conta corrente, agência e banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

11. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, 2833, CEP 64000-550, Teresina-PI, inscrito no CNPJ/MF para UG primária sob o CNPJ nº 07.549.168/0001-08 e para UG secundária no CNPJ nº 07.549.168/0002-80, da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

11.1 - A CONTRATADA deverá **apresentar a Nota Fiscal** ao CONTRATANTE no **prazo de até 2 (dois) dias úteis**, a contar data da solicitação formulada pelo Setor de Aquisição, Licitações e Contratos do 2º Batalhão de Engenharia de Construção (SALC/2º BEC), na condição de Unidade Gestora do FUSEx, com a finalidade de viabilizar o máximo de rapidez para a efetivação do pagamento em favor da OCS.

11.1.1 - O prazo indicado no **subitem 11.1** está diretamente vinculado à condicionante prevista no **subitem 1.1.3.1 da Cláusula Décima Primeira**.

12. Os valores vigentes na data de atendimento aos beneficiários na(o) OCS/PSA serão os considerados para a quitação das faturas.

13. O CONTRATADO se obriga a apresentar a conta definitiva (fatura) do paciente ao CONTRATANTE, no **prazo de até 30 (trinta) dias**, em nome do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, sem emendas e/ou rasuras, datada e assinada pelo representante legal da CONTRATADA, em 1 (uma) via original de igual teor, devendo constar anexa, a GE e os demais documentos correspondentes à despesa faturada;

13.1 - Juntados à fatura que enviar ao CONTRATANTE (UG/FUSEx), o CONTRATADO deverá anexar todos os comprovantes das despesas, inclusive:

13.1.1 -As Guias de Encaminhamento do FUSEx/PASS/Favor de Custo, com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, ou seja, a **1ª via original** da GE;

13.1.2 -A relação de materiais e medicamentos gastos relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número da matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número da matrícula no cadastro de beneficiários do FUSEx (número de cartão FUSEx, composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mais sequência familiar), se militar contribuinte do FUSEx, código da Tabela de Procedimentos Odontológicos, com valor em R\$ (real);

13.1.3 - relatório de conferência (espelho); e

13.1.4 - ficha de controle de procedimentos.

13.2 - Para cada fatura, o CONTRATADO deverá juntar um lote de no máximo 30 (trinta) Guias de Encaminhamento (GE);

13.3 - A fatura, com até 30 (trinta) GE anexadas, deverá ser enviada ao CONTRATANTE por intermédio de um ofício de encaminhamento de faturas, devidamente datado e assinado, o qual deverá mencionar, também, a quantidade de GE que estão sendo enviados com a fatura;

13.4 - O CONTRATADO poderá incluir no mesmo ofício de encaminhamento, mais de um lote de GE, desde que mencione quantas GE estão anexadas em cada fatura;

13.5 - O CONTRATADO deverá apresentar as faturas, **separadamente**, por lotes e por categoria de Guia de Encaminhamento (GE): Guias do FUSEx; Guias de Urgência do FUSEx, Guias da PASS, Guias de Urgência da PASS, Guias Fator de Custo e Guia Fator de Custo de Urgência.

13.5.1 - Cada fatura deverá conter **no máximo até 30 (trinta) Guias de Encaminhamento (GE) listadas e anexadas**, a fim de viabilizar maior rapidez aos atos administrativos a cargo do FUSEx, com relação às atividades de lisura e auditoria e a respectiva efetivação do pagamento em favor da OCS.

13.6 - O CONTRATADO deverá apresentar a documentação referente ao atendimento prestado, discriminando os serviços realizados e os respectivos valores;

13.7 - As Guias de Urgência, encaminhadas pelo Posto Médico de Guarnição de Teresina para os tratamentos de emergências/urgências, deverão ser faturadas pelo CONTRATADO e enviadas ao FUSEx/2º BEC, **separadamente** das demais GE, com ofício de encaminhamento;

13.7.1 - O prazo para o fechamento definitivo da conta do paciente atendido na situação de urgência/emergência, a cargo da OCS, será de até 3 (três) dias úteis, a contar do dia imediato à data do atendimento ou, quando for o caso, da data da alta do paciente, caso o atendimento evolua ininterruptamente para internação hospitalar.

13.8 - A fatura deverá conter, no verso, a conferência dos serviços prestados e das despesas correspondentes, por parte do paciente maior de 18 (dezoito) anos de idade, do beneficiário titular do FUSEx/PASS ou do responsável ou acompanhante do paciente, da seguinte forma:

13.8.1 - CONFERIDO: os serviços constantes deste documento foram realizados;

13.8.2 - Local e data; e

13.8.3 - Nome completo e assinatura do responsável pelo faturamento.

13.9 - O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados, com incorreções, com ausência de documentos não anexados à fatura e de documentos com vícios formais que ensejem devolução ou glosa total ou parcial pelo FUSEx/2º BEC; e

13.10 - Para a aceitação da documentação, dentro do prazo acima fixado, a fatura e seus anexos serão recebidos por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

14. O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas e seus anexos, por meio do Setor de Auditoria de Contas Médicas do FUSEx/2º BEC.

14.1 - O CONTRATANTE realizará o pagamento das despesas constantes das Notas Fiscais na medida em que estas forem apresentadas, sendo vedada a acumulação das mesmas para providências posteriores, sem motivo justificado, devidamente sucedido de aprovação.

15. Toda situação de anormalidade com relação à fonte e disponibilização dos recursos financeiros, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO.

16. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação fundamentada, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este Contrato ou com o Edital de Credenciamento.

16.1 - O Setor de Auditoria e Lisura do Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC possuirá o prazo de 20 (vinte) dias, contado a partir do término do prazo a que se refere o **item 13 da Cláusula Quinta**;

16.2 - O CONTRATADO poderá interpor representação, nos termos do Art. 109, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, contra a decisão da glosa constantes da fatura restituída pelo CONTRATANTE, conforme o Índice de Glosa do **Anexo L**, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do dia da notificação da glosa;

16.2.1 - Caso o Setor de Auditoria e Lisura do FUSEx reconsidere sua decisão, os procedimentos administrativos para o pagamento da fatura prosseguirão seu curso até o final do processo;

17. O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, após a aferição da respectiva finalização da lisura e auditoria do FUSEx, contados a partir da data de protocolo das mesmas no Setor Entrada e Protocolo de Faturas do Posto Médico de Guarnição de Teresina.

18. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração Pública, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

19. Sobre o valor devido ao CONTRATADO, a Administração Pública efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

20. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

21. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO.

22.1 - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao CONTRATADO será precedido de processo administrativo, em que será garantido o direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

23. É vedado ao CONTRATADO transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Do reajuste

1. Em caso de prorrogação do presente Contrato, a cada período de 12 meses, contados a partir da data de publicação do Edital que serviu de fundamento à presente contratação, a Administração promoverá, mediante simples apostila, o reajuste dos valores a serem pagos ao CONTRATADO, segundo as regras abaixo:

1.1 - Os índices de Coeficientes de Honorários (CH) deverão ser reajustados, de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado a partir da data da publicação do

Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes.

1.2 - A Lista Referencial de Procedimentos Hospitalares do FUSEx do (indicar nome do órgão), para contratos ou credenciamentos - anexo L deste Edital, será reajustada, no que couber, de acordo com a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) , calculado a partir da data da publicação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes.

1.3 - Caso o fator de atualização citado nos itens acima seja extinto, passará a vigorar aquele que for determinado pelo Governo Federal em sua substituição.

1.4 - Os valores reajustados entrarão em vigor no dia imediatamente posterior ao transcurso de 12 meses, contados da publicação da publicação do Edital, para o primeiro reajuste, e da data de início de vigência do reajuste anterior, nos reajustes subsequentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência

- 1.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, até 31 de dezembro de 2016.
- 2.** O CONTRATADO dará início aos serviços no dia 1º de janeiro de 2016 ou na data da assinatura do Termo de Credenciamento, caso este ato ocorra durante o ano de 2016.
- 3.** O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, por prazos iguais e sucessivos de até 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, contados da data da publicação do Edital que lhe serve de fundamento, desde que a vigência do referido Edital seja prorrogada por período equivalente.
- 4.** O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária

- 1.** A fonte de recursos será o Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037-0250270013-01000000000, Programa de Trabalho Resumido 045161-045162-045098-045101-045100, Natureza da Despesa 339039 e Plano Interno D1SACIVOCSA-D1SAFUSOCSA-D8AFCTOCSA.
- 2.** A despesa será empenhada à conta do crédito acima consignado, por meio de Nota de Empenho.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil

- 1.** A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.
- 2.** A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.
- 3.** CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções

- 1.** Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CONTRATADO estará sujeito à multa de 1% última fatura paga o(a) contratado(a), por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

1.1 - A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no edital.

2. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas no edital e neste contrato sujeitará o CONTRATADO, na forma do disposto no Art. 87·da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

2.1 – Glosas (Total ou Parcial);

2.1.1 – A penalidade de glosa será aplicada, exclusivamente, pelo Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC e utilizada para impugnação parcial ou total de valores relativos aos serviços prestados pela CONTRATADA e será aplicada nas seguintes condições e formas:

2.1.1.1 – Glosa Administrativa: aplicada quando da evidência, pelo auditor, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinatura do assistido na guia de cobrança; ausência de assinatura e carimbo do profissional que realizou o atendimento, rasuras; ausência de preenchimento de campos obrigatório das guias.

2.1.1.2 – Glosa Técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

2.2 – Advertência;

2.3 – Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% sobre o valor da última fatura paga ao contratado, podendo ser até o limite de 50% sobre o valor da última fatura paga.

2.4 – Em caso de inexecução total, multa compensatória de 100% sobre o valor da última fatura paga ao contratado;

2.5 – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Comando do Exército Brasileiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

2.6 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

3. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às pessoas jurídicas ou físicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993:

3.1 – Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

3.2 – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento; e

3.3 – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

4. As penalidades serão aplicadas após processo administrativo regulamentar em que seja assegurado ao licitante o direito ao contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

5. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

6. As sanções previstas nos **subitens 2.1, 2.4, 2.5** desta Clausula poderão ser aplicadas juntamente com as dos **subitens 2.2 e 2.3** da referida cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

8. As demais sanções são de competência exclusiva do Ministro da Defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

1. O presente contrato poderá ser rescindido nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no Art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

1.1 - Determinado por ato unilateral e motivado da Administração, nos seguintes casos:

1.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

1.1.2 - Interrupção dos trabalhos por parte do CONTRATADO, sem justa causa e prévia comunicação formal à Administração;

1.1.3 - Atraso injustificado para o início dos serviços contratados;

1.1.4 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital de Credenciamento e no contrato;

1.1.5 - Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, assim como seus superiores;

1.1.6 - Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços contratados, anotadas na forma do Art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

1.1.7 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

1.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

1.1.9 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

1.1.10 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

1.1.11 - Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

1.2 - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a saúde dos beneficiários do FUSEx/SAMMED/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

1.2.1 -Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CONTRATADO não poderá solicitar a rescisão de contrato, enquanto não for concluído o processo de apuração.

1.3 -Por rescisão judicial promovida por parte do CONTRATADO, se a Administração incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

1.3.1 -A supressão dos serviços, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

1.3.2 -A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

1.3.3 -O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

1.3.4 -A contagem do prazo de 90 (noventa) dias a que se refere o subitem 1.3.3 desta cláusula deverá ser computado a partir da data de entrada da fatura no protocolo do FUSEx, ou seja, da data de entrega da conta do paciente no protocolo do FUSEx;

1.3.5 - A data de início da suspensão dos serviços deverá ser comunicada formalmente ao CONTRATANTE com antecedência mínimo de 30 (trinta) dias; e

1.3.6 - Os pacientes que se encontrarem no decurso do tratamento de saúde não poderão ter a assistência médico-odonto-hospitalar suspensa em razão do disposto no subitem 1.3.3 desta cláusula, devendo o tratamento ter continuidade até a alta ou óbito, o que ocorrer primeiro.

2. A rescisão contratual administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

3. O FUSEx/2º BEC poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços contratados, observado o limite fixado no **subitem 1.3.2** desta cláusula.

4. Quando a rescisão ocorrer com base nos **subitens 1.1.9, 1.1.10 e 1.1.11** desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

4.2 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e

4.3 - Pagamento do custo da desmobilização.

5. A rescisão unilateral por ato da Administração Pública acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

5.1 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

5.2 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

6. É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CONTRATADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

7. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CONTRATADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE.

8. A rescisão não eximirá o CONTRATADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante

1. O CONTRATANTE obriga-se a:

1.1 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste contrato;

1.2 - As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEx/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o Art. 80 da Portaria nº 48-DGP/2008 (IR 30-18) e Art. 18, § 2º, da Portaria nº 117-DGP/2008 (IR 30-57);

1.3 - Submeter o beneficiário a exame clínico-odontológico por um perito, fazendo o respectivo registro em Ficha Odontológica padronizada, para constar do Prontuário Odontológico do beneficiário, caso este não tenha sido encaminhado por sua Organização Militar;

1.4 - Fornecer ao beneficiário o parecer do perito do FUSEx/2º BEC (Dentista militar), onde conste a necessidade e o tipo do tratamento a executar;

1.5 - Encaminhar o beneficiário para ser atendido por parte do CONTRATADO, quando for o caso:

1.6 - Examinar o plano de tratamento e o orçamento fornecidos por parte do CONTRATADO e, se estiver de acordo com o estabelecido neste contrato, autorizar o início do tratamento;

1.7 - Propor as alterações que julgar necessárias nos planos de tratamento, bem como glosar cobranças de serviços que não estejam de acordo com este contratado;

1.8 - Verificar o resultado final ou parcial obtido, consoante o plano de tratamento e orçamento, inicialmente autorizados, e, se de acordo, declarar, no verso do documento de despesa apresentado por parte do CONTRATADO, que o serviço foi prestado, desencadeando o processo de pagamento dos serviços prestados;

1.9 - Implantar, para desconto em folha de pagamento, a parcela da despesa que for coberta pelo FUSEx/PASS e que é de responsabilidade do beneficiário titular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado

1. O CONTRATADO obriga-se a:

1.1 - Indicar formalmente ao CONTRANTE os dados do preposto do CONTRATADO para representá-lo junto à Administração Pública nas demandas administrativas durante a execução da prestação dos serviços contratados, objeto deste contrato;

1.2 - Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender as demandas ordinárias, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;

1.3 - Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração Pública como inadequada para a prestação dos serviços contratados;

1.4 - Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a mão de obra envolvida na prestação dos serviços contratados, sendo vedado o repasse de tal custo ao CONTRATANTE;

1.5-Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

1.6 - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração Pública, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas de Segurança e de Saúde Ocupacional;

1.7 - Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

1.8 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e,

1.9 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação constantes do edital.

1.9.1 - Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

1.9.2 - A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a servidores públicos (militares/civis)

1. O militar, estando no serviço ativo, não poderá receber remuneração, honorários, ou complementação destes, ou pagamento por serviços profissionais prestados aos beneficiários do FUSEx/SAMMED/Fator de Custo/PASS atendido sob a regência do presente Termo de Contrato firmado pelo CONTRATADO com a Administração Pública.

2. Aplica-se a regra imposta no item acima, também, quando se tratar de Servidor Civil estatutário em exercício, e de militar da reserva remunerada (aposentado), caso esteja designado Prestador de tarefa por Tempo Certo (PTTC) em qualquer Organização Militar do Exército Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da subcontratação

É vedado a entidade contratada, delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato

1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato, abrangendo sua vigência mais as prorrogações máximas caso permitido, terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos 12 (doze) meses FUSEx/2º BEC, para as Organizações Civis de Saúde credenciadas.

1.1 - O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

1.2 - O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Das Glosas

1. É reservado à CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial dos procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas no Edital de Credenciamento e neste Termo de Contrato, de acordo com a legislação aplicável e atos normativos administrativos pertinentes.

2. A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos juntamente com a fatura para o processo de auditoria e lisura de contas médicas a cargo do Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC.

3. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Pedido de Recurso de Glosa, devendo ser feito por escrito e em formulário próprio (recurso de glosa), com a devida justificativa técnica e fundamentada para a revisão dos valores glosados.

4. O recurso de glosa apresentado pela CONTRATADA será julgado e motivado no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do recurso pela CONTRATANTE, e será concluído com a emissão de parecer.

5. A CONTRATADA somente está autorizada a realizar os procedimentos previamente ajustados em contrato, sob pena de arcar com as despesas advindas desses procedimentos.

6. Nos casos de atendimento de urgência ou emergência, a CONTRATANTE se compromete a arcar com as despesas da consulta inicial com o médico atendente da CONTRATADA, exceto se o atendimento evoluir para internação. As demais despesas referentes aos atendimentos previstos neste subitem, se existirem, serão avaliadas em auditoria concorrente ou a posterior, para efeito de pagamento, conforme o caso.

7. Caso haja divergência entre o código do procedimento previsto e a autorização da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA, neste caso, encaminhar o beneficiário à CONTRATANTE para as correções necessárias na referida guia.

8. São situações que motivarão Glosa por parte da CONTRATANTE, além de outras relacionados na Tabela de Motivos de Glosas (**Anexo L**):

8.1 - Cópia de Guia de Encaminhamento, adulteração, rasura ou uso de corretivo nos documentos comprobatórios;

8.2 - Boletim de Atendimento de Urgência ou Emergência sem a assinatura do paciente atendido ou seu responsável legal;

8.3 - Guia de Encaminhamento em nome de outra CONTRATADA;

8.4 - Guia de Encaminhamento vencida, ou seja, passados mais de 30 (trinta) dias da data de sua emissão até o atendimento;

8.5 - Ausência de Guia de Encaminhamento junto à relação de faturamento apresentada ao FUSEx;

8.6 - Ausência nas faturas do Boletim referentes aos atendimentos de urgência ou emergência;

8.7 - Boletim de Atendimento de Urgência/Emergência com pelo menos um campo não preenchido ou rasurado;

8.8 - Valores de procedimentos em discordância com os pactuados neste contrato;

8.9 - Procedimentos eletivos atendidos sem a Guia de Encaminhamento previamente emitida pelo FUSEx;

8.10 - Atendimento a paciente cujo nome não coincide com o da Guia de Encaminhamento;

8.11 - Guia de Encaminhamento sem o código do procedimento ou cujo código não se refira ao procedimento realizado; e

8.12 - Ausência de assinatura na Guia de Encaminhamento:

8.12.1 - Do beneficiário ou do seu responsável legal ou acompanhante; ou

8.12.2 - Do Médico ou Gestor do FUSEx.

9. Descumprimento de normas administrativas do FUSEx regulando processo de glosa, emitidas ao longo da vigência do Contrato.

10. Descumprimento dos prazos para a apresentação das contas e Boletim de Urgência/Emergência ao FUSEx/2º BEC.

11. Outros motivos de glosas, conforme relacionados no **Anexo L** do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro

1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do município de Teresina-PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Teresina-PI, ____/____/____

Pelo CONTRATANTE:

MARCELO PEREIRA LIMA DE CARVALHO - Coronel

Comandante e Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Engenharia de Construção
CPF nº **981.073.997-49**

Pelo CONTRATADO:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor Administrativo _____
CPF nº **000.000.000-00**

TESTEMUNHAS:

XX
XX
CPF nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX
XX
CPF nºXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX